

# **Achegas da Arqueologia à História da Covilhã: o património urbano e a cintura das muralhas**

Michael Heinrich Josef Mathias

mmathias@ubi.pt

Universidade da Beira interior

## **ABSTRACT**

This article aims to present some archeological observations as well as comments on the medieval occupation of the ‘village of Covilhã’, which the author has had the opportunity to visit in recent years and, at the same time, to try and give an account of the acquired experiences within the framework of the Centro de Estudos e Proteção do Património of the University of Beira Interior (Heritage Study and Protection Centre of the University of Beira Interior). The archeological follow up of the reconstruction works of buildings in historical areas is still of the utmost importance since it provides new pieces of a puzzle which will further allow the completion of the urban center’s image.

## **KEY-WORDS**

Covilhã, Archeology, Heritage, Walls

## **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo apresentar algumas observações arqueológicas e comentários, sobre a ocupação medieval da “vila da Covilhã”, que o autor teve oportunidade de fazer nos últimos anos e relatar as experiências adquiridas no âmbito dos serviços prestados pelo Centro de Estudo e Proteção do Património da Universidade da Beira Interior. O acompanhamento arqueológico de obras de reconstrução de

edifícios em zonas históricas continua a ser importante, porque fornece peças novas de um “puzzle” que permitem completar cada vez mais a imagem do passado dos centros urbanos.

#### **PALAVRAS-CHAVE**

Covilhã, Arqueologia, Património, Muralhas

#### **SIGLAS E ABREVIATURAS**

DR – Diário da República

FAUP – Faculdade de Arquitectura Universidade do Porto

ML – Museu de Lanifícios

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

IPI – Inventário do Património Industrial

UAL – Universidade do Algarve

#### **INTRODUÇÃO**

Com raras exceções, a arqueologia urbana é caracterizada por intervenções pontuais de emergência, no âmbito de obras de melhoramento das infra-estruturas como o saneamento ou de recuperação, quando o objeto em causa está classificado ou se encontra na zona de proteção de um monumento classificado. Essas intervenções arqueológicas, escavações ou levantamentos arqueológicos, revelaram, desde as primeiras ações ao nível europeu nas décadas após a primeira Guerra Mundial até a atualidade, factos históricos que, como peças de um puzzle, podem dar uma imagem nova do local, ainda desconhecida do passado, apesar da existência de ricas fontes documentais. As fontes arqueológicas urbanas são de uma qualidade própria, insubstituível, constituem documentos da vida diária, que outros tipos de fontes históricas omitem. Com efeito, não são caracterizadas pela vontade de o homem as quererem transmitir ao futuro, antes representam as coisas que aquele queria deitar fora, que não achava serem dignas de conservação ou, simplesmente, perdeu.

O presente artigo tem como objectivo apresentar algumas observações arqueológicas e comentários, sobre a ocupação medieval da “vila da Covilhã”, que o autor teve oportunidade de fazer nos últimos anos e relatar as experiências adquiridas no âmbito dos serviços prestados pelo Centro de Estudo e Proteção do Património da Universidade da Beira Interior. O Arquivo Municipal da Covilhã revela-se também uma fonte rica, que pode dar informações ainda não aproveitadas, sobretudo no diz

respeito à transformação da estrutura urbana nos finais do século XIX até a meados do séc. XX, que afetou o padrão medieval ainda à data existente e permitiria reconstruir o desaparecido através da análise das propostas de melhoramento.

#### PATRIMÓNIO COVILHANENSE

Foram já publicadas várias monografias e contributos relacionados com a história da cidade da Covilhã de que citamos apenas algumas, sem intenção de menosprezar todos os outros omitidos. Datam de 1899 os *Subsídios para a Monografia da Covilhan* de um natural desta cidade, Arthur de Moura Quintella, interessante obra reeditada em fac-símile pela Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural da Covilhã em 1990. A partir de 1958, Luís Fernando Carvalho Dias publicou a sua *História dos Lanifícios (1750-1834): Documentos*, em cinco volumes. No âmbito das comemorações do Centenário da Cidade da Covilhã, em 1970, José Aires da Silva lançou nova *História da Covilhã* e fez uma síntese das informações a que teve acesso. Há quatro anos, o IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), do então Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicou, na revista *Monumentos: Cidades/Património/Reabilitação*, número: 29, Julho 2009, o dossiê “Covilhã, a cidade-fábrica”. Os autores dos primeiros dois artigos José Miguel Rodrigues (FAUP) e Daniela Pereira (UAL) apresentam a evolução e estrutura urbanística da Covilhã. No fim do dossiê encontra-se o Inventário do Património Arquitectónico do IHRU.

A cidade da Covilhã situa-se na encosta nascente da Serra da Estrela a uma altitude de 550 a 750 metros. O seu centro histórico é delimitado a noroeste pela ribeira da Carpinteira e a sudeste pela ribeira da Degoldra, que descem da serra, envolvem a cidade e se juntam, a cerca de três quilómetros do centro, tomando o nome de ribeira do Corges, que desagua no rio Zêzere na Cova da Beira. As origens da cidade são desconhecidas. Ainda não se obtiveram achados arqueológicos, dentro da cidade, que comprovem ter havido uma ocupação romana ou anterior. As incursões muçulmanas também não deixaram claros vestígios. Assim a fundação da cidade é atribuída nas lendas e narrativas ao fictício Conde Julião, e o nome da cidade, à sua mal-afamada filha Florinda, Júlia ou Júlia da Cava. O relevo do espaço urbano fora e dentro das muralhas não é homogéneo ou uma simples área inclinada. A muralha circunda quatro colinas, das quais a mais alta é a do castelo com cerca de 730m de altura. Para nascente, na Rua da Ramalha fica outra colina com 709m, a sul desta, situa-se outra com 700m e uma última no Largo do Rosário com 706m. A atual Câmara Municipal fica a 676m. As últimas três formam núcleos habitacionais ogivais, bem visíveis na planta da cidade. Fora do recinto amuralhado, confirmam-se vários núcleos à volta de igrejas e capelas, entre elas, o núcleo da capela de São Martinho, ainda em 1758, “situada fora da vila e freguesia solitária mas perto da povoação” que contava sessenta e oito fogos (Silva, 1970:81), e ainda outro, junto do mosteiro da Ordem de S.

Francisco. Em 1320, a vila da Covilhã tinha 14 igrejas (Silva, 1970:81): Santa Maria do Castelo, S. Salvador, S. Pedro, S. Bartolomeu, Santa Maria Madalena, S. Domingos, S. Estêvão, S. Martinho, S. Miguel, S. Silvestre, S. Tiago, S. Lourenço, S. João Martir in Collo e S. Vicente. Só uma única, a igreja da “Santa Maria do Castelo” se situava dentro das muralhas. Tinha três naves e sete altares e estava localizada no sítio da atual igreja de “Santa Maria Maior”, que foi edificada pelos anos de 1872 a 1886 (Quintella, 1899:128). Somente uns alicerces foram aproveitados da antiga igreja. Muitas outras igrejas e capelas desapareceram no final do séc. XIX e início do séc. XX e deram espaço para a construção de novas casas particulares ou instalações fabris. O “Plano de Melhoramentos” de 1883 ainda mostra a localização de muitas delas. Deste património da Arquitetura Religiosa, foram classificadas como imóveis de interesse público a capela de S. Martinho (Dec. 45327, GD 251 de 25-10-1963), a igreja de Nossa Senhora da Conceição (Dec. 1/86, DR 2 de 3-01-1986), a igreja da Misericórdia (Dec. 67/97, DR 301 de 31-12-1997), e a capela do Calvário (Dec. 42692, DR 301 de 31-12-1997). A capela de S. Martinho, o templo mais antigo da Covilhã, data provavelmente do séc. XIII. A construção da Estrada Real N° 55, atual Rua Marquês d’Ávila e Bolama, no séc. XIX, modificou a topografia profundamente, a capela fica, hoje em dia, vários metros acima do nível da Rua Marquês de Ávila e Bolama, separada da zona envolvente. A Igreja da Nª Sª da Conceição é o que ficou do antigo convento da Ordem de S. Francisco, ali existente desde o séc. XIII. Em 1834, o industrial Mendes Veiga adquiriu o convento onde instalou uma fábrica. A igreja tornou-se igreja matriz da paróquia. O seu aspeto atual é resultado de inúmeras intervenções ao longo dos séculos. A Igreja da Misericórdia situa-se no centro da cidade no Largo do Município, antigo Largo do Pelourinho, a sua construção iniciou-se no séc. XVII, as últimas intervenções datam dos anos 40 do séc. XX. As consecutivas obras da remodelação do largo, a partir dos anos 50 do séc. XX, a demolição da “Câmara Filipina” do início do séc. XVII, ameaçaram também a existência desta igreja. A Capela da Santa Cruz, ou Capela do Calvário, construída ou recuperada por D. Luís, filho de El-Rei D. Manuel I e senhor da Covilhã fica no sopé da Serra perto dos poucos vestígios do castelo da Covilhã e, como todos os outros monumentos aqui mencionados, fora do perímetro das muralhas da cidade.

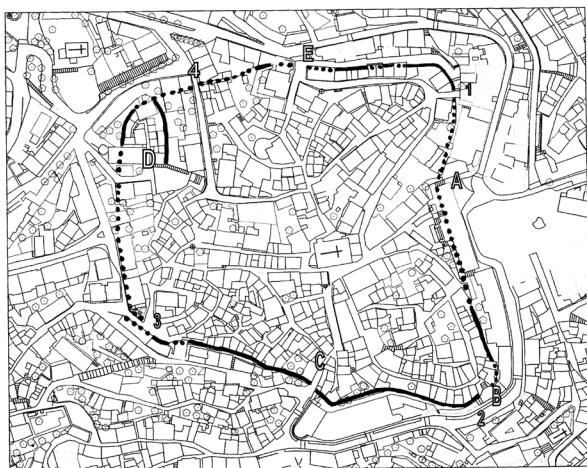
Do património industrial, até à data, só o “Conjunto de Fornalhas e Poços Cilíndricos da antiga Tinturaria da Real Fábrica de Panos da Covilhã” foi classificado como imóvel de interesse público (Dec. 28/82, DR 47 de 26-02-1982), situado na margem esquerda da Ribeira da Degoldra e musealizado como Pólo I do Museu de Lanifícios da UBI, na Rua Marques d’Ávila e Bolama. Em vias de classificação, com despacho de abertura, encontra-se “O Conjunto Industrial da Fonte do Lameiro”, na Ribeira da Carpinteira, onde se notam os vestígios da “Fábrica Velha” que o Conde de Ericeira implantou como a primeira manufatura no séc. XVII.

O património da Arquitectura Civil classificado ou em vias de o ser ou em estudo de classificação abrange uma série de monumentos datáveis do séc. XIV até aos meados do séc. XX. A mais antiga construção classificada como imóvel de interesse público (Dec. 28/82, DR 47 de 26-02-1982) é a Cisterna Medieval em edifício do séc. XVI na Rua 1º de Dezembro, nº 10, atrás da atual Câmara Municipal. É uma fonte de mergulho de abobada de berço de volta perfeita, a única fonte dentro do recinto das muralhas, provavelmente o "Poço d'el Rei", de que fala um documento de 1641. Perto da Igreja de "Santa Maria Maior", fica a "Casa das Morgadas", solar do séc. XVII, construído por um industrial de lanifícios, com salas de tetos pintados, classificada como imóvel de interesse municipal (Dec. 28/82, DR 47 de 26-02-1982). Em frente da mesma igreja, situa-se a "Casa dos Ministros", edifício do séc. XVIII de dois pisos, o primeiro de grandes arcadas e o segundo que deu alojamento aos juizes de fora e posteriormente ao chamados ministros territoriais, classificada como imóvel de interesse público (Dec. 5/2002, DR 1ª Série B,19-02-2002). Em vias de classificação, encontram-se o chamado "Palacete do Jardim", projeto do arquiteto Ernesto Korrodi dos anos 20 do último século, vivenda da família José Maria Bouhon, industrial de lanifícios de origem belga, com elementos arquitetónicos da Arte Nova. Testemunho da arquitectura do Estado Novo nos anos 50 é o conjunto composto dos edifícios do Cineteatro, da Câmara Municipal, inaugurada em 1958, da Telecom, antigos CTT, e da Caixa Geral de Depósitos no Largo do Município, antigo Largo do Pelourinho, em vias de classificação. Os vestígios do Pelourinho também foram classificados (IIP Dec. 23122, DG 231, 11-10-1933). O conjunto do Centro Histórico e a Judiaria da Covilhã encontram-se em vias ou em processo de estudo de classificação.

A arquitetura militar é constituída pelo maior monumento, em termos de expansão, os vestígios das muralhas e do castelo da "villa da Covilhã" outrora ali existentes. Tendo como base a descrição das muralhas na "História dos Lanifícios (1750-1834)", foi elaborado, em 1980, por Ana Maria Mosa Carvalho Dias e Jorge Manuel Pestana Forte de Oliveira, um relatório intitulado "Relatório sobre as muralhas da cidade da Covilhã" acompanhado por uma planta e documentação fotográfica. O relatório serviu de memória descritiva no processo de classificação das muralhas. Seis anos depois, as muralhas da Covilhã foram classificadas como "Imóvel de Interesse Público" (Diário da República, Série 2, 1/86 de 03-01-1986).

Como fonte cartográfica, é de mencionar o levantamento topográfico de 1882 e o «Plano de Melhoramentos da Covilhã» de 1883 a escala 1/2000 feito pelo Eng.º Antunes Navarra de Castelo Branco, que se encontra no Arquivo Municipal, e que representa um importante documento para a história urbanística da cidade, talvez o primeiro baseado na triangulação (Delgado, 2006: 192-193). A Planta Aerofotogramétrica da Covilhã da GATUR de 1970 a escala 1/1000 mostra nas folhas 5H e 5I alguns pormenores sobre tudo na zona do castelo, que já não constam na cartografia mais recente.

O início e a autoria da construção das muralhas tal como a origem da cidade ainda não foram suficientemente investigadas, como já foi referido. Certo é que D. Sancho I concedeu foral à Covilhã em 1186 e legou no seu testamento em 1188 ou 1189 “86035 soldos e pipiões” para os muros das vilas da Covilhã, de Coina e de Coruche. D. Dinis iniciou o alargamento das muralhas em 1303. Quintella relata que a antiga Covilhã estava situada na parte mais baixa da cidade actual (1899) junto aos pomares da ladeira Martir in Collo: “S. Martinho á Cruz da Ratta, ou Ponte Martyr-in-Collo e Corredoura. Foi ainda neste local que se realizou a reedificação ordenada por D. Sancho I”, onde se situa o Pólo I da Universidade da Beira Interior, a antiga Real Fábrica, a Capela de S. Martinho do séc. XIII e o Museu dos Lanifícios. Durante das obras da construção do Parque da Degoldra, no âmbito do Programa Polis, foram feitos achados arqueológicos, que causaram alguma polémica entre os representantes do IPA e os promotores do projeto, bem como o arco da antiga “Ponte do Rato”, que não foram integrados no projeto realizado, aguarda-se a publicação do registo arqueológico. A exposição do terreno para Sudeste oferece ao local boas condições habitacionais. Existem várias linhas de água para além da Ribeira de Degoldra, porém, más condições para a defesa. Quintella cita Alexandre Herculano, que era de opinião que a Covilhã já se tinha organizado municipalmente por si mesma antes de se lhe conceder foral. A mesma observação faz José Mattoso relativamente aos “foros” das vilas do Riba Côa.



Covilhã Centro Histórico

#### A CINTURA DAS MURALHAS: ILUSTRAÇÕES E DESCRIÇÃO

A cintura das muralhas forma, grosso modo, um trapézio com cantos arredondados como se observa na ilustração imediata.

Notamos as cinco Portas e os quatro postigos, nomeadamente as “Portas da Vila” –“A” e as “Portas do Sol” – “B” para nascente, as “Portas de S. Vicente” – “C” para sul, as “Portas do Castelo” – “D” para poente e as “Portas de Altravelho ou Caravelho”-“E” para norte, e quatro postigos, o “Postigo do Terreiro da D. Teresa” –“1”, o “Postigo da Barbacã”-“2”, o “Postigo do Rosário”-“3”, e o “Postigo da Pouza”-“4”, asseguravam a comunicação com os arrabaldes. Hoje em dia

resta pouco menos do que a metade da antiga cintura da muralha. No passado, as autoridades e os cidadãos só se lembravam das muralhas em tempos de perigo. D. Afonso V, em 24 de Junho de 1459, responde aos procuradores da então vila da Covilhã Afonso André e Fernão da Costa (Quintella, 1899: 32):



“Item, Senhor, os muros e barreiras d’esta Villa são mui danificadas e destruídas e tem mui grandes quebradas os muros e furtão d’elles muitos cantos e pedras e pode se acontecer mais azinho cousa de mester: pedimos-vos por mercê que os mandeis correger e reparar porque sentimos que será vosso serviço. A este respondemos que podem bem e nos apraz outhorgar requirão a Fernão da Silveira e o Desembargo para elle”.

No primeiro ano das Guerras da Restauração, em 1641, as muralhas encontravam-se em estado lamentável. Os procuradores da Vila da Covilhã Francisco Botelho da Guerra e João de Sousa Falcão apresentam às Cortes em 1641 no Capitulo 14 (Pires, 1983: 9-11):

“...os muros e fortalezas que antigamente se fizeram para a sua defesa, em tempos da guerra, estão desbaratados em alguns partes... dos muros a dentro há somente uma fonte que é o poço que chamam del-Rei ... junto das fortalezas da parte fora, está a Fonte Nova que se pode meter das fortalezas para dentro. Pedem a V. Magde. mande acudir e reparar as ditas fortalezas e que a dita fonte se meta dos muros para dentro”.

A demolição sistemática inicia-se em 1769 por ordem real para aproveitar as pedras das muralhas para a construção da nova Real Fábrica como mostra a carta régia dirigida aos Juiz, Vereadores e officiaes da Câmara da Villa da Covilhã (Quintella, 1899: 102-103):

“Sou servido ordenar-vos que mandeis entregar a ordem do Superintendente e do Administrador da mesma Fabrica André Lombardy toda pedraria dos muros cahidos d’essa Villa para a construção do edifício da nova fabrica a que se deve proceder sem perda de tempo.

Escripto no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, a doze de Maio de 1769.

Rei. Para o Juiz, Vereadores e officiaes a Câmara da Villa de Covilhã.”

Como muitos outros monumentos patrimoniais em todo o país foram demolidos, em 1853, os “restos de uma torre e muralha” da antiga cerca da vila, como acusava uma revista de Lisboa (Rosas, 1995:420):

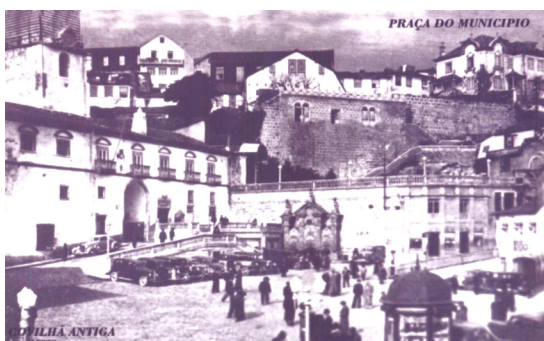
“ Outro facto vandalico se deu ultimamente na villa da Covilhã, e que pertence a história da câmara transacta; a qual por mero arbítrio se ordenou a demolição dos restos de uma torre e muralha da antiga cerca da villa, sendo certo, que este medida não tinha em vista utilidade ou comodidade pública, mas unicamente o interesse de alguns camaristas, que aproveitaram a pedra da demolição para edificações suas particulares”.

No séc. XX, as demolições continuaram. Com efeito, nos anos cinquenta do século passado, o Estado Novo permitiu grandes modificações urbanísticas no centro da cidade. Começou a construção dos edifícios da “Caixa Geral de Depósitos”, dos “CTT” e da



nova "Câmara Municipal", além de outros projectos como o "Hotel Sol Neve", o "Cine-Teatro" e o antigo "Café Montalto", que alteraram completamente o aspeto da Praça do Município, vulgarmente chamado de Pelourinho, que já tinha desaparecido no século XIX. Na ilustração imediata, observamos o edifício da Câmara, o antigo "Café Montalto" e a torre do "Cine-Teatro", após a última intervenção no âmbito do Programa Polis.

O novo edifício da Câmara Municipal, inaugurado em 1958, veio substituir o antigo paço e cadeia concelhios, de construção filipina, concluída em 1614 (Quintella, 1899: 84). Este edifício, como mostram as antigas fotografias imediatas, estava encostado à muralha no sítio das chamadas "Portas da Villa" (A). Essas portas tinham duas torres: uma, na parte do norte já tinha desaparecido, e a outra, do lado sul, ficou integrada na nova construção tal como a própria porta denominada "Arco da Cadeia". No centro das fotografias, vê-se a "Casa da Hera" que pertencia ao Infante D. Luís, filho de D. Manuel I e Senhor da Covilhã, e a "Fonte Nova" que foi desmontada e reconstruída no Jardim ao pé da Igreja da N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição. As pedras no primeiro plano da Foto 3 restam do antigo mercado que ali existia.



Os vestígios da muralha ainda existente encontram-se nas traseiras dos edifícios da Rua António Augusto d'Aguiar e foram aproveitados para sobre eles se erigirem casas de habitação da Rua 6 de Setembro. Aqui, foi feito um estudo sobre o impacto de obras de reconstrução da casa com o n.º 30, na Rua 6 de Setembro, e da zona envolvente ou melhor da parcela de terreno em frente à muralha.





Trata-se de uma faixa estreita de terreno de cerca de 50 metros de extensão em frente à muralha, cheia de entulho e de vegetação brava, acima do edifício da Telecom (antigo edifício dos CTT). O pano exterior da muralha assenta directamente na rocha granítica. O aparelho é composto por fiadas irregulares de blocos retangulares ou quadrados. A primeira fiada é um pouco saliente e forma uma espécie de sapata. Uma característica deste aparelho, que se pode também observar em vários outros troços da muralha, é a quase ausência de pedra miúda. Na cave do edifício, existem as pedras do pano exterior que na altura da construção não foram cortadas, mas simplesmente endireitadas e rebocadas.



A “Rua António Augusto d’Aguiar” conduz a uma praça onde está o antigo edifício dos Correios, até há bem pouco tempo, posto da PSP. Nas traseiras deste edifício, sobe a “Rua da Barbacã” até a praça. Este topónimo faz referência a importante elemento de fortificação a fim de proteger uma porta, neste caso das “Portas do Sol”, que obrigava a passar por aqui antes de subir para as portas. Desconhece-se onde se situou o “Postigo da Barbacã”, a que se refere a descrição de 1758 (Dias, 1958: 35-36). Talvez desse acesso à capela de S. Silvestre aqui perto. Hoje, uma longa escada vence o desnível de cerca de 10 m de altura até as portas. Das “Portas do Sol”, nada resta, tinha também duas torres como as outras portas (Quintella 1899: 91). Para além da localização das “Portas do Castelo” (D) no alto, todas as outras ficam em baixo numa linha de água, como é o caso das “Portas da Vila”, que já vimos, as “Portas de S. Vicente” (C) que se seguem e as “Portas do Altravelho” orientadas para o norte.

As “Portas do Sol” dão acesso a um núcleo habitacional de forma mais ou menos ogival e compõem uma das quatro colinas, que a muralha circunda. Cabe aqui uma referência à judiaria da Covilhã. No entanto, a localização das Judiarias da

Covilhã, dentro e fora das muralhas, é um assunto que merece um estudo a parte. A antiga judiaria da Covilhã situava-se na actual “Rua das Portas do Sol” e a Casa dos Ministros, na esquina com a Rua 1º de Dezembro. A sua zona de protecção abrange a estreita Rua de Baptista Leitão, que conduz ao ponto mais alto com uma cota máxima de 700m. No âmbito da reconstrução do prédio sito no nº 17 dessa rua, foram feitas observações e conseqüente intervenção arqueológica, que deu como resultado um espólio de cerâmica datável da Idade Média até ao século XX sem contexto estratigráfico seguro. Porém um pequeno silo cilíndrico de 80 cm de diâmetro e 70 cm de profundidade e fundo arredondado, achado neste lote, forneceu uma série de peças de cerâmica de pasta cinzenta com quartzo, que pode ser considerada depositada ao mesmo tempo e por isso serve para a determinação da datação desta estrutura arqueológica. Ali se achou o fundo de um alguidar, com cerca de 29 cm de diâmetro e decorado com impressões digitais no exterior e uma fita destas impressões no interior. Têm-se encontrado achados idênticos na “Cerâmica Comum em Conímbriga”. Jorge de Alarcão, na estampa XXXVI, nº 739, mostra um alguidar de uma decoração muito similar, explicando, na página 113, que este tipo de decorações é comum a louças de várias épocas, citando nomeadamente o seu aparecimento em achados descobertos num castelo perto de Conímbriga, fundado por D Afonso Henriques no séc. XII. Este silo seria um primeiro indício de uma ocupação medieval deste sítio já no século XII. As sepulturas antropomórficas achadas uns anos atrás entre a Casa dos Ministros e da Igreja de Santa Maria na Rua 1º de Dezembro são mais difíceis para datar, mas não contrariam uma ocupação no séc. XII. Também parece que o traçado das ruas actuais não é meramente por acaso ou uma simples consequência da topografia, porém resultado de uma intervenção planeada: um núcleo habitacional amuralhado com a sua porta própria e uma “barbacã” que as outras portas não têm. Talvez fosse possível identificar este núcleo amuralhado como as muralhas de D. Sancho I e o recinto maior com a intervenção de D. Dinis em 1303. Uma “barbacã” em frente das “Portas do Sol” só podia cumprir a sua função defensiva sem a existência das “Portas da Vila” e das “Portas de S. Vicente”. O acesso à “barbacã” poderia ser feito pela “Rua António Augusto d’Aguiar”. Existe um desnível considerável de vários metros entre esta rua e a “Rua do Capitão Alves Roçadas” que corre paralelamente. Quem se aproximasse das “Portas do Sol” tinha à sua direita as muralhas, à sua esquerda o terreno inclinado e à sua frente a barbacã onde devia passar para entrar nas portas. Um guerreiro com o seu escudo na mão esquerda e a espada na mão direita apresenta-se desprotegido aos defensores acima da muralha, um esquema que se encontra muitas vezes nos acessos às portas de castelos. Entre as “Portas do Sol” (B na planta) e as “Portas de S. Vicente” (C na planta), as muralhas ficam bem visíveis já de longe e são o traço mais característico e pitoresco das mesmas como se observa na foto imediata

As pedras da muralha assentam diretamente em cima da rocha e servem de alicerces para as casas mais antigas da “Rua das Portas do Sol”. Aqui, também se verificam várias fases de reconstruções com aparelhos diferentes, a última datável do ano de 2005, após uma derrocada no ano anterior. Infelizmente, não foi possível fazer observações durante as obras de reconstrução, que teriam permitido obter mais pormenores sobre a construção. Por exemplo, fica a questão se a muralha na sua parte inferior, onde assenta em cima da rocha e fica encostada a ela, é composta somente de um pano e só quando ganha em altura é rematada com um pano interior. O edifício da Praça esconde uma parte da muralha até às “Portas de S. Vicente”. A “Igreja de S. Vicente” situava-se umas dezenas de metros à frente das portas. Alguns elementos arquitectónicos ainda estão conservados no edifício que foi construído no local.

Nas “Portas de S. Vicente”, desapareceram os cunhais visíveis e o que atualmente observamos resulta provavelmente do novo arranjo da rua, após a demolição das duas torres, que se encontravam inteiras ainda no século XVIII, mas em estado de degradação como consta: “A terceira he a porta chamada de S. Vicente para o Poente com duas torres, como as outras asima as quaes ambas estão inteiras e huma tem alguma abertura e barriga ainda que não muito grande; porém outra tem huma grande abertura e ameaça ruína” (Quintella 1899: 91). A cota do nível é de 675m.

A muralha mantém-se bem conservada nas traseiras das casas da “Rua D. Cristóvão de Castro”, que sobe até ao “Largo do Rosário” a 700m. Aqui levanta-se a mesma questão relativamente a técnica da sua construção.



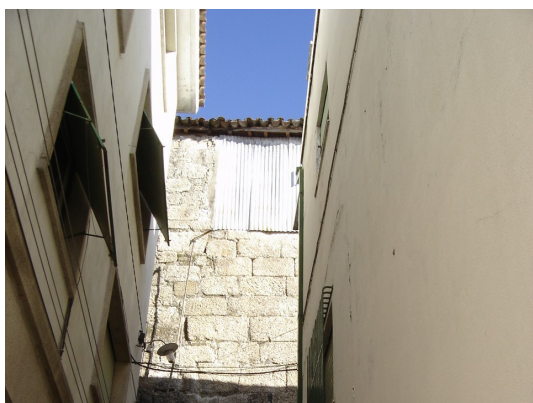




Na “Rua da Formosura”, antiga Rua das Lages”, existem duas casinhas velhas com os números 19 e 21 que parecem assentar diretamente na muralha. É curioso que estas casas modestas, de um piso só, possuam uma parede exterior composta de blocos de granito em fiada. Tudo leva a crer que os restos do pano interior da muralha foram aqui aproveitados como parede, todavia, observação que merece ser investigada. Quatro casas na Rua das Rosas em recuperação, em que estamos atualmente envolvidos, com os colegas do Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura, o arquiteto Fernando Dinis e o Professor Martin Höck, comprovam uma situação semelhante, como é visível na “Rua D. Cristóvão de Castro”.



Ali, as casas encostam-se ao pano interior das muralhas e aproveitam pequenos espaços, por exemplo, para quartos de banho, entre os panos e por cima das mesmas. O desnível, estimado à base das cotas na planta da cidade, é de quase 10m. Num estudo prévio sobre o impacto da reconstrução do edifício no Largo do Rosário, realizado pelo autor, foi possível comprovar que a parede dorsal da cave, do piso térreo e do 1º piso, é constituída pelo pano exterior das antigas muralhas da cidade da Covilhã. O seu estado de conservação é satisfatório. No processo da construção do actual edifício foram colocados cachorros de betão na muralha, que aliás causaram danos muito reduzidos.



É bem provável que a muralha também se tenha conservado nas duas casas que se seguem embora o seu percurso se perca um pouco nas proximidades do “Largo do Rosário”. O “Postigo do Rosário” localizava-se certamente aqui e é o único postigo que pode ser identificado com rigor. O nome refere-se a uma igreja “Senhora do Rosário” que existia nos finais do séc. XVI. Foram feitas do lado da Câmara da Covilhã e de pessoas particulares várias tentativas para instalar aqui um mosteiro que não resultaram. Quintella relata que a igreja foi

transformada em casa de habitação e oficina de serralharia (Quintella, 1899:125). No site <http://fotos.sapo.pt/pjesus/fotos>, o autor publica uma fotografia intitulada: “Capela N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Rosário e o 1<sup>o</sup> Cortejo o 1<sup>o</sup> de Maio na Covilhã em 1904” que ainda mostra a porta da capela de arco de volta perfeita.

Daqui, sobe a “Rua Capitão João de Almeida”, de cerca 700m de altitude até à “Rua do Castelo”, a 730m. Das antigas muralhas, restam vestígios num prédio de habitação, que o levantamento de 1883 já representava. Depois, segue a antiga fábrica de Francisco Ribeiro Aibéo (Covilhã, ML,IPI, Ficha: SMA.08 (R.C.64). O edifício foi inaugurado em 1937. Os muros das propriedades que se seguem, quintais com árvores, não continuam no alinhamento destes prédios, mas rumam alguns graus para a esquerda e mostram um aparelho completamente diferente em comparação com as muralhas, pedra grossas pouco talhadas assentes directamente na rocha granítica, aqui visível, a parte superior é composto de pedra miúda e rematada por lajes estreitas e compridas. Esta mudança do rumo é provavelmente um resultado das propostas do Plano de Melhoramentos de 1883, que mostra desenhado com lápis o estado actualmente existente. A fábrica do lado esquerdo também segue este novo alinhamento (Covilhã, ML, IPI, Ficha: SMT.30 (R.C.55).

Tudo isto leva a crer que a antiga muralha da cidade subiu no alinhamento da “Fábrica dos Aibéos” até ao alto do castelo. Desconhece-se a data do desmantelamento. Neste troço, o terreno não apresenta grandes desníveis ou encostas íngremes, que os mestres da fortificação podiam ter aproveitado, como nos troços já referidos. Parece-nos que aqui a muralha estava composta de dois panos desde os alicerces ao topo. O facto de as muralhas acompanharem a inclinação do terreno e não criarem um patamar impediu o seu posterior aproveitamento como alicerces ou







parede de casas e facilitou a sua ruína e posterior desmantelamento. Quem continua a subir a “Rua Capitão João de Almeida” até ao cimo, à “Rua do Castelo” (cota 726m), encontra à sua esquerda uma torre octogonal.

Trata-se de um depósito de água da antiga “Fábrica do Castelo”, que foi alimentado por um aqueduto, demolido nos anos trinta do último século e não da “Torre de Menagem” (Pereira, 2009: 18). Ainda existe uma antiga fotografia, que mostra uma passagem por baixo do aqueduto, o chamado “Arco da Coarca”, também designado como Portas do Castelo, que parece pouco provável, porque este troço corre W-E e não N-S para dar entrada ao castelo.

O castelo situa-se no ponto mais alto da antiga vila a cerca de 730m. Tal como a origem da cidade, também a fundação do castelo é desconhecida. As fontes medievais, até agora consultadas, informam sobre as muralhas, sem referência ao castelo. Em 1320, já existia a Igreja de Santa Maria do Castelo e, em 1384, a Covilhã é uma das praças do reino que obedecem a Castela. Nas fontes do séc. XVIII já citadas, existem duas descrições do próprio castelo e das “Portas do Castelo”. As “Portas do Castelo” eram protegidas por duas torres, uma retangular e outra de cinco quinas, que era simultaneamente a torre de menagem do castelo (Quintella, 1899: 84). Esta torre tinha 190 palmos de circunferência, o que dá um valor de cerca de 45m ou 9m de cada lado. A sua altura era de 100 palmos, portanto cerca de 25m. A porta no interior do castelo encontrava-se a “mais de quinze palmos acima dos alicerces”, cerca de 4m de altura. Já não dispunha de escada de acesso nem pisos interiores. Tinha só três pequenas aberturas, seteiras ou janelas e, em 1734, apresentava séria degradação. Em Março de 1758, caíram duas quinas até ao meio e as que ficaram em pé ameaçavam total ruína, como relata o inquérito paroquial. Segundo este documento, tinha o castelo uma porta situada na parte nascente, flanqueada por duas torres. Uma

delas caiu em consequência do terramoto: “há dois anos, ouço, mais ou menos, caiu um dos torreões da porta”. Quintella traz a informação que o castelo no século XVI foi provavelmente utilizado como prisão até a construção de uma nova prisão, integrada no paço concelhio por terem os presos saído da alçada do alcaide para a municipal. O castelo tem um formato ogival incompleto. A parte virada para o sul foi cortada pelas “Escadas do Castelo” e “Rua do Castelo”. Da cintura da muralha, restam apenas uns panos virados para nascente e poente. As “Portas do Castelo” provavelmente situaram-se nesta área. A colocação de mais uma porta flanqueada de duas torres e virada para nascente num espaço relativamente reduzido parece, no estado atual da investigação, difícil por outro lado, permite a conclusão da existência isolada do castelo numa fase inicial e a sua integração no sistema defensivo da cidade mais tarde.

No final do séc. XIX, encontram-se três fábricas implantadas no castelo. Para nascente, a fábrica de Januário da Costa Rato (Covilhã, ML, IPI, Ficha: SMA.11 (R.C.67)). O edifício foi completamente desmantelado. As portas viradas para as “Escadas do Castelo” foram tapadas com tijolos. O edifício encostou-se ao pano exterior da muralha. O contorno do telhado desaparecido ainda é visível nas construções, que assenta por cima da muralha.

A “Rua do Castelo” abre-se e forma uma pequena praça. O terreno inclina para nascente, onde se encontram as “Escadas do Castelo” e o antigo estendedouro da fábrica. A sua construção modificou a situação topográfica profundamente. Trata-se de uma área inclinada e pavimentada com blocos graníticos de tamanhos diferentes, alguns deles provavelmente das muralhas do castelo, que se destinava à secagem da lã lavada. A fábrica fechou em 1940.

O acesso ao castelo é feito unicamente pelas estreitas “Escadas do Castelo”. A parte superior do



castelo ocupa a antiga “Fábrica do Castelo” de Manuel Mendes da Cunha e Francisco Rodrigues Pintassilgo (Covilhã, ML, IPI, Ficha SMA.17 (R.C.65)). O “Beco do Castelo” conduz ao interior do mesmo. O conjunto é constituído por 2 edifícios fabris e casas de habitação do proprietário e operários. Na parede exterior, virada para poente identifica-se um troço da muralha com o seu aparelho característico. Após um incêndio, nos anos noventa do último século, a fábrica fechou. Na parte Sul da “Rua do Castelo” encontra-se a antiga fábrica de Peixeiro & Irmão agora adaptada a casa de habitação (Covilhã, ML, IPI, Ficha: SMA.19 (R.C.66)). Fica virada para o interior do castelo. É de um piso só e tem as pedras à vista, mas não se identifica aqui o aparelho característico da muralha, nem os seus blocos. As outras três frentes são rebocadas e pintadas de branco e não permitem uma leitura. O edifício aliás tem mais dois pisos em baixo o que pode significar que aqui a muralha do castelo ainda existia aquando a construção desta casa e do seu aproveitamento como parede dorsal destes pisos. Do cimo do castelo, desce a Calçada da Santa Cruz. Na encosta poente, dois muros formam patamares, aqui encontram-se também vestígios de edifícios provavelmente fabris. Os autores do “Relatório” interpretam estes como parte das muralhas do castelo. No início da década de noventa, ruiu uma parte do muro inferior em consequência de uma chuvada mais forte. O autor teve oportunidade de visitar o local imediatamente depois da ocorrência. O muro ali existente é de só um pano e tem um aparelho bem diferente em relação às muralhas em cima. Esta observação foi confirmada por três sondagens arqueológicas realizadas no mês de Janeiro do ano 2012 no âmbito de uma informação prévia para a construção de um acesso ao terreno. Trata-se aqui de um simples muro de suporte. Uma segunda muralha neste terreno mostra as mesmas características e não pertence nem às muralhas do castelo nem às da vila.

Da cintura da muralha do castelo, restam apenas uns panos virados para nascente e poente. A colocação de mais uma porta flanqueada de duas torres e virada para Nascente num espaço relativamente reduzido parece difícil. Nas visitas ao local realizadas em 2011 e 2012, não foram feitas quaisquer observações que possam comprovar esta informação. A conclusão da existência isolada do castelo numa primeira fase e a sua posterior integração no sistema defensivo da cidade parece provável, mas não há indícios de uma ligação da cintura da muralha do castelo em direção as “Portas de Altravelho”. Esta situação pode ser o resultado das demolições acima referidas nos séculos XVIII e XIX. A Foto imediata mostra um antigo edifício no início da Rua Pedro Alvares Cabral que provavelmente foi encostada à muralha. Aqui colocam os autores do “Relatório” citado acima o “Postigo da Pouza”



Um beco sem saída situa-se do outro lado da mesma rua e alinha com alguma probabilidade com o troço da muralha em grande parte desaparecida. O levantamento de 1970 da cidade mostra também o provável traçado na forma das parcelas das propriedades.

Das Portas do Altravelho ou Caravelho como se nota na foto anterior nada resta. O Padre Pina descreve em 1734 a situação da seguinte maneira referindo o “Arco da Cadeia” integrada na antiga “Câmara Filipina”, que fazia de “Portas da Villa”:

“A primeira chamada do Vale de Caravelho (4) Arco da cadeia para o norte com duas torres saídas para fora do muro, e pouco mais altas que elle quadradas e bem feitas, huma das quaes torres está inteira (5). É a que actualmente existe. E a outra está demolida athe o meio.”

Aqui, iniciaram-se também as demolições ordenadas pelo rei em 1768, como mostra a resposta dos membros do senado da Covilhã aos administradores da Real Fábrica:

“Em reposta da representação que no dia de hoje fizerão V. Mercês a este Senado se offerece dizer lhe que no dia dez do corrente pelas oito horas da manhan se effectuará a entrega da pedra dos muros d’esta Villa que Sua Magestade tem determinado se applique á construção do novo edificio da Real Fabrica e para este fim se acharemos ás portas do Altravelho no dia referido.

Jacinto Borges Leal – António Gomes de Carvalho – Luiz Macedo Castello Branco – Manuel Coelho de Almeida – João Leitão Namorado”.

A poucos metros dalém, na “Rua do Norte”, encontra-se um troço da muralha bem visível, tendo sido aproveitado como muro exterior e traseiro das casas da “Rua dos Bombeiros Voluntários”. A reconstrução





do edifício, nº 64 - 68, deu-nos a oportunidade de fazer algumas observações (Covilhã, ML, IPI, Ficha SMA.04 (R.C.73)). António Pereira Nina terá iniciado aqui a sua atividade, com urdideiras, na cave da sua residência, sita na Rua dos Bombeiros Voluntários ou Rua do Postiguinho. O troço da muralha, aí outrora existente, foi com grande probabilidade destruído até ao nível do chão da cave durante a construção, cuja data é desconhecida. Na documentação do processo de classificação das muralhas da Covilhã, acima referido, encontram-se fotografias do troço das muralhas, vista da Rua do Norte. Atualmente, encontra-se o troço das muralhas em condições de conservação semelhantes às de 27 anos. Havia duas casas pequenas assentes sobre a muralha que foram, entretanto, demolidas. A nossa fotografia mostra ainda os contornos de uma das casas na parede exterior do edifício nº 64-68 antes de ser pintado.

O pano exterior da muralha integrado naquelas casas ficou conservado até cerca de 2 m de altura acima do atual nível do chão. Os blocos graníticos foram talhados na sua face visível. Toda parte interior, ou seja as restantes 5 faces, é irregular. As fiadas da muralha assentam aqui diretamente na rocha granítica. Numa parede lateral do edifício demolido virada para o Arquivo Histórico, conservaram-se três blocos graníticos juntos com o mesmo aspecto dos blocos do pano exterior da muralha. Talvez se trate dos restos do pano interior da muralha, que tinha uma largura de cerca de 2,6 m. Uma sondagem de poucos metros quadrados de extensão poderia esclarecer a situação



Parece-me que este aproveitamento como alicerce salvou a muralha, situação que se repete na “Rua 6 de Setembro”, nas “Portas do Sol”, na “Rua Cristóvão de Castro”, na “Rua da Formosura” e na “Rua das Rosas”. Ao fundo da “Rua dos Bombeiros Voluntários”, a muralha inflete para sul e serve de alicerce do antigo quartel dos bombeiros voluntários,



atual Arquivo Municipal. Aqui, o topónimo “Rua do Postiguinho” dá uma indicação a um postigo da muralha. Os autores do relatório identificam este local com o “Postigo do Terreiro de D. Teresa”, o que é um pouco estranho porque o texto de 1758 conta que este postigo estava fechado havia mais de 30 anos. O único topónimo existente fará referência a um postigo desactivado no início do séc. XVIII? Seja como for, a memória da “Barbacã” outrora existente também se conservou no topónimo durante séculos.

Aquando a construção do “Cine-Teatro da Covilhã” e do edifício do “Café Montalto” foi destruído o troço das muralhas entre o postigo e as “Portas da Vila”. As fotografias 2 e 3 mostram o troço ainda existente. Desconhecemos se a muralha neste troço foi integrada nas subestruturas do “Cine-Teatro” o do “Café Montalto”. Os limites das parcelas ainda demonstram o antigo traçado.



#### CONCLUSÃO

As muralhas da Covilhã, no seu aspeto e tipo de construção, enquadram-se bem no conjunto das “vilas fortificadas” da antiga fronteira do Riba Côa. Portas flanqueadas de uma ou duas torres retangulares encontram-se ainda em Castelo Mendo, Castelo Bom ou Sortelha. O aparelho, fiadas irregulares de blocos talhados, também é comum e está provavelmente relacionado com o material de construção, os granitos da região.

O acompanhamento arqueológico de obras de reconstrução de edifícios em zonas históricas continua a ser importante, porque fornece peças

novas de um “puzzle” que permitem completar cada vez mais a imagem do passado dos centros urbanos.

## APÊNDICES

### DESCRIÇÃO DAS MURALHAS PELO PADRE MANUEL CABRAL DE PINA EM 1734.

Pelo facto de a monografia de Arthur de Moura Quintella se encontrar publicada em lugar de acesso difícil, optou-se por apresentar os extratos da crónica do padre Manuel Cabral de Pina que além consta nas páginas 90 e seguintes:

“Esta villa he murada. Os muros são de Cantaria tosca fechada e lavrada, e terão de Altura trinta palmos. No tempo presente tem os muros bastantes ruína, e muitas quebradas, das quaes humas chegam athe ao meio da parede, e outras athe ao chão. Erão estes muros bem celebres pela maquina de pedraria que parece immensa, e pela grandeza das pedras da parede, pois em partes tem tocas de comprimento de quinze palmos e outras de doze. Alem de tres postigos hum para Nascente chamado Postigo de D. Joana, outro para o Sul, e outro para o Poente chamado Postigo do Rosario por estar ao pé da Igreja da Snr.<sup>a</sup> do Rosario. Tem quatro portas principais: A primeira chamada do Vale de Caravelho. Para o Norte com duas torres sahidas para fora do muro, e pouco mais altas que elle quadradas e bem feitas huma das quaes torres está inteira. E a outra está demolida athe o meio. A segunda he a porta chamada do Sol para o Nascente com duas torres semelhantes as assima relatadas huma das quaes está inteira e a outra está demolida athe ao chão. A terceira he a porta chamada de S. Vicente para o Poente com duas torres, como as outras asima as quaes ambas estão inteiras e huma tem alguma abertura e barriga ainda que não muito grande; porem outra tem huma grande abertura w ameaça ruína. A quarta he a porta chamada do Castello por estar no simo do mesmo Castello sita entre o Poente e Norte e tem duas torres huma das quaes he como as asima, a outra tem cinco quinas e terá de altura quase cem palmos e he a terra própria do Castello da dita Villa que alli está, como diremos. Esta torre da parte dentro do Castello tem huma porta pequena por onde se entrava para ella sita asima do alicerce mais de quinze palmos e para esta porta havia hum balcão com escadas que todo se demolio. A torre por dentro já não tem madeiramento algum. Tem tres aberturas pequenas em huma das quaes ameaça alguma ruína. N’este sitio está o Castello da Villa murado por todas as partes e para a banda da Serra lhe serve o muro de parede na qual está a dita torre grande. Tem o mesmo Castello para a banda do Nascente dous fortes por modo de torres sahidas fora da parede hum dos quaes em huma esquina está demolido athe ao meio. Dentro d’este Castello estão humas Casas que são do Visconde de Barbacena Alcaide Mór d’esta Villa. A antiguidade dos muros e torres chega

aos tempos de El-Rei D. Diniz porque há tradição que elle os fundou cuja tradição se confirma por quanto como asima dissemos ao n.º 13 no tempo de El-Rei D. Fernando, Bisneto do mesmo D. Diniz se achava ainda por povoar o terretorio sito dentro dos mesmos muros, donde se manifesta que a obra dos taes muros não excedia muito aos tempos do dito Rei D. Fernando; e da qui se convencem de menos verdadeiras duas cousas. A primeira he dizerem alguns que estes muros forão fundados por El-Rei D. Sancho 1.º por quanto o tal Rei como asima fica dito ao n.º 2.º e consta das Chronicas, fundou esta Villa junto aos pomares ao pé da Ribeira na Ladeira chamada de Martim Collo. E os muros que existem no sitio onde estão feitos distão mais de mil passos ou quasi dois mil do sitio da dita primeira fundação da Villa feita pelo dito Rei. E sendo os muros huma Coroa ou Cerco que se põem ao redor das terras para segurança dellas mal podia o dito Rei D. Sancho 1.º fundar os muros que existem em tanta distancia da Villa. Logo o dito Rei não fundou os muros que existem. A segunda cousa he dizerem outros que os taes muros forão fundados por El Rei D. Manoel por quanto consta das Provisoens da Câmara, como fica dito asima ao n.º 13 que já exestião os muros no tempo de El-Rei D. Fernando. Nem contra isto obsta o achar-se assim sobre a porta do Castello para a banda hum letreiro com hera 1580. Para o que se deve advirtir que já antes de El-Rei D. Manoel no tempo de El-Rei D. Affonso 5.º se achavam os muros com alguma ruína e com quebradas e mandou o mesmo Rei D. Affonso 5.º que fossem reformados, como tudo consta das Provisoens da Câmara e fica dito assima ao n.º 13. E por que semelhantes obras costumão muitas vezes demorar-se he muito provavel que como o Infante D. Luiz filho do dito Rei D. Manoel foi feito Senhor desta Villa e nella assestio como fica asima ao n.º 1.º fizesse executar esta sobre dita reforma dos muros quando veio a esta mesma Villa e lhe deu a memorável relíquia do Santo Lenho abaixo declarada ao n.º 18. E assim no final da tal reforma se poria a dita hera e letreiro, pois vai a dar nesses tempos”.

#### DESCRIÇÃO DAS MURALHAS EM 1758

Uma vez que também a obra de L.F. de Carvalho Dias, *História dos Lanifícios (1750-1834)*, é difícil de encontrar aqui se publica o texto ali inserto no Vol. I, pp. 35-36:

“Tem muros que se diz serem da fundação do Senhor Rei D. Dinis. Ainda que outros lhe dão maior antiguidade: por uma inscrição de uma conta de 1004, que se acha gravada em uma pedra nos mesmos que tem de âmbito e circunferência 4.670 palmos de nove polegadas e um quarto; e de largura dez; e tudo de pedra de cantaria lavrada. Neles se acha cinco portas grandes com os seus torreões; duas para nascente, chamadas da Vila e do Sol; a terceira para o Sul, denominada de S. Vicente; a quarta para Norte, com o nome de Altravelho, a quinta para Poente, chamada do Castelo, junto à qual, em sítio mais superior,

está uma eminente torre, chamada a de homenagem, com cinco quinas; tem de circunferência 190 palmos e dentro um reduto para o qual também se entra pela parte do Nascente por uma grande porta que tem dois torreões, cada um de seu lado e dentro edificada uma casa eu pertence ao Alcaide-Mor, Visconde de Barbacena. Nos mesmos muros existem ainda quatro postigos: o a Pouza, o do Rosário, o da Barbacã e o do Terreiro de D. Teresa, o qual se acha fechado haverá mais de 30 anos e a sua serventia. E sendo a obra destes muros tão grande, se bem hoje demolidos na maior parte, há dois anos pouco mais ou menos caiu um dos torreões da Porta do Reduto no mês de Março deste presente ano de 1758 caíram duas quinas da Torre, quase até ao meio, e as que ficaram em pé ameaçam total ruína”.

#### **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

Almeida, Fortunato de (1971). *História da Igreja em Portugal*. Vol. IV, Nova Edição Damião Peres. Porto: Civilização-Editora.

Chaves, Germano (1853). *O Panorama*. Lisboa v.2, 3ª série, n.º 12, 19 de Março.

Covilhã, *Museu de Lanifícios* (ML).

Delgado, Rui (2006). *História Temática da Covilhã*. Vol. IV. Covilhã: Câmara Municipal.

Diário da República, Série 2, 1/86 de 03-01-1986: “Relatório sobre as muralhas da cidade da Covilhã” acompanhado por uma planta e documentação fotográfica.

Dias, Ana Maria Mosa Carvalho; e Oliveira, Jorge Manuel Pestana (1980). Relatório sobre as muralhas da cidade da Covilhã, como uma planta e documentação fotográfica.

Dias, Luís Fernando de Carvalho (1955). *A Relação das Fábricas de 1788*. Lisboa. (Manuscrito do Arquivo do Ministério das Obras Públicas, fundo da Junta do Comércio idêntico a BNL., Fundo Geral, Res. Cód. 1496, n. 41).

*Monumentos: Cidades/Património/Reabilitação*. Número: 29, Julho 2009, Lisboa.

Pereira, Daniela (2009). A estrutura urbanística da Covilhã entre a Idade Média e a Idade Moderna. *Monumentos: Cidades/Património/Reabilitação*. Número: 29, Julho 2009, Lisboa.

Rosas, Lúcia Maria Cardoso (1995). *Monumentos Pátrios – A Arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928) 2. Catalogo Analítico e Anexo Documental, Porto 1995. Dissertação de Doutoramento, História de Arte*. Porto: FLUP.

Pires, A. (1983). Estado actual das antigas Muralhas da Covilhã. *1.as Jornadas Regionais sobre Monumentos Militares do Distrito de Castelo Branco*. 11-13 de Março '83, Castelo Branco. pp. 9-11.

Quintella, Arthur de Moura (1899). *Subsídios para a Monografia da Covilhan*. reedição em fac-símile pela Associação de Estudo e Defesa do Património histórico-cultural da Covilhã em 1990.